Suspeitas rondam a Secretaria de Planejamento de Foz do Iguaçu

■ Páginas 10 e 11

Tribuna Popular

EXCLUSIVO

Foz do Iguaçu, 4 a 9 de novembro de 2026 | Edição 449 | Ano XII | R$ 3,00

VEREADOR COVARDE

CABO CASSOL VÊ UM BURACO DE LULA E IGNORA MIL DO GENERAL



■ Apontar buracos na rodovia federal enquanto os problemas municipais continuam exigindo respostas não é demonstração de bravura, mas demonstra um verdadeiro covarde

■ Página 7

Bosco Foz não engoliu a derrota e pede anulação das eleições presidenciais

■ Página 5

PRETO NO BRANCO

PL DE FOZ

Hoje a partido PL de Foz do Iguaçu continua sem comandante. Um tanque parado com combustível, tropas de sobra, porem sem munição. Está na hora de seguir em frente. Se a disputa entre um general de pijama e um deputado federal reeleito não for frutífera. Esta na hora de um novo conciliador.



ELEIÇÕES 2026

Não tem como não entrar no tema eleição. E mais uma vez um político foge do Brasil pelas nossas fronteiras. Tudo fujão passa por aqui? Não é à toa que Flavio Bolsonaro fugiu. Pensa num candidato mentiroso. As suas falas explicam isso. "Não conheço Vocaro" - Conhecia; "Não liguei pro Vocaro" - Ligou; "Não visitei Vocaro" - Visitou; "Não pedi dinheiro pro Vocaro" - Pediu; "Vou liberar o sigilo" - Não Liberou; "Vou aceitar o resultado das eleições" - Não Aceitou; "Vou entregar os passaportes" - Não Entregou; "Não vou fugir do país" - Fugiu. Precisa explicar mais ou desenhar?

FRASE DIGNA DE ESTUDO

Quem se lembra da fala "não tenho provas, mas tenho convicção. Culpado". Assim age a direita em não aceitar as eleições presidências. Se até o Ministro indicado por Bolsonaro diz que as eleições foram feitas na maior lisura, e ai aparece um pé de chinelo dizendo "eu não aceito".

E AS OBRAS DO TREVO DO CTG

Estamos chegando ao final de ano e o dita "trincheira do CTG Charrua" continua somente nos sonhos do general. Mas o simples sonho está virando um pesadelo. Será que o Secretário vai dizer que ainda continua nas fazes de projetos...

MORADORES PODERÃO ACAMPAR NA FRENTE DA PREFEITURA

Os moradores da famosa "Invasão do Bubas" no bairro Porto Meira poderão acampar na frente da Prefeitura, pedido uma solução para o caso. Pois as obras prometidas pelo General estão paradas.

NOVO GOLPE

Depois dos golpes do falso gerente do banco e do falso advogado, agora temos mais uma tentativa de golpe na praça. O golpe do falso presidente.

Tribuna Popular
Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana

Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

POLÍTICA

PL DE FOZ

Um tanque de guerra sem comandante, mas Adriano Rorato entra no radar

Sem direção municipal vigente desde maio, partido que abriga prefeito, deputados e vereadores vive indefinição interna. Nos bastidores, o nome de Adriano Rorato surge nas articulações para reorganizar a legenda

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

O Partido Liberal (PL) de Foz do Iguaçu vive uma situação que renderia uma excelente comédia política, não fosse a importância da legenda no cenário municipal. Tem prefeito, deputados reeleitos, vereadores, militantes e até quartel-general bolsonarista. Mas, segundo os dados apresentados como disponíveis na Justiça Eleitoral, falta justamente quem comande oficialmente a tropa.

Muitos generais, pouco comando e uma cadeira vazia

A última direção municipal teve como presidente o prefeito General Joaquim Silva e Luna, com vigência encerrada em 11 de maio de 2026.

Desde então, o PL iguaçuense parece funcionar como um verdadeiro tanque de guerra: combustível não falta, soldados também não, mas a cadeira do comandante continua vazia. E, sem uma direção partidária vigente, até a munição política corre o risco de ficar guardada no depósito.

Deus, Pátria e Família... Mas quem reúne a família?

O tradicional slogan conservador ganhou uma interpretação curiosa em Foz do Iguaçu. Enquanto se fala em Deus, Pátria e Família, a própria família partidária enfrenta dificuldades para definir quem senta à cabeceira da mesa.

A pergunta que passou a incomodar os bastidores é simples: afinal, quem comanda o PL de Foz?

Porque uma coisa é ter lideranças com mandato. Outra, bem diferente, é possuir uma organização capaz de reunir essas lideranças, administrar divergências e construir um projeto político coletivo.



Adriano Rorato: DO QG Bolsonarista à mesa das articulações

É justamente nesse cenário que ganha destaque o vereador Adriano Rorato (PL), cujo nome aparece entre os possíveis integrantes da reorganização do comando municipal.

Rorato possui um histórico de participação nas mobilizações conservadoras da cidade. Esteve à frente da criação do QG 100% Bolsonaro nas eleições de 2022 e 2026, atuou na coordenação local da campanha de Sergio Moro ao Governo do Paraná e participou incansavelmente das campanhas de reeleição dos deputados Vermelho e Matheus Vermelho.

Mas a questão agora é outra. Organizar manifestações, mobilizar apoiadores e participar de campanhas são atividades diferentes de administrar uma estrutura partidária com interesses, ambições e divergências.

Segundo a avaliação apresentada por interlocutores políticos, Rorato possui um perfil moderado nas negociações, mantém diálogo com outras legendas e transita entre diferentes grupos da direita.

Se essas características serão suficientes para construir um consenso, somente as articulações internas poderão demonstrar.



De olho no comando e na sucessão municipal

O debate sobre a presidência do PL também ocorre em meio às movimentações para a próxima eleição municipal.

O prefeito Silva e Luna vem declarando que não pretende disputar a reeleição. O deputado Matheus Vermelho também afirmou, em entrevista, que não pretende concorrer à Prefeitura.

Nesse cenário, os nomes do deputado federal Vermelho e do vereador Adriano Rorato aparecem nas conversas sobre o futuro da legenda.

Rorato, eleito em 2024 com 3.704 votos, também acumula experiência administrativa e participação em comissões importantes da Câmara Municipal. Esses são elementos concretos de sua trajetória, embora não representem, por si só, uma definição sobre o comando partidário.

O Time Red e o desafio de reunir a tropa

Nos bastidores, a possibilidade de uma composição envolvendo o grupo político ligado à Prefeitura e o chamado "Time Red" coloca Adriano Rorato no centro das discussões.

A eventual escolha do vereador para presidir o diretório municipal dependerá, naturalmente, de entendimento político e formalização partidária. Até o momento, não há confirmação pública de sua nomeação.

O curioso é que o PL, acostumado aos discursos sobre disciplina, hierarquia e comando, precisa resolver uma questão elementar: quem dará as ordens dentro da própria organização?

A resposta poderá surgir nos próximos dias.

Até lá, o tanque continua estacionado. Tem combustível, tem tripulação, tem bandeira e tem muita gente querendo escolher o destino.

Só falta descobrir quem ficará com a chave da ignição.

POLÍTICA

ENTRE A CRUZ E A ESPADA

A salvação da direita será menos bolsonarismo e mais direitismo?

A direita que continuar fazendo campanha para uma eleição que já terminou

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução



A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva sobre Flávio Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2026 deixou uma pergunta indigesta atravessada na garganta da ala conservadora: até quando a direita brasileira continuará confundindo fidelidade a uma família com compromisso com um projeto político?

A direita perdeu a eleição. Mas será que aprendeu a lição?

A extrema direita foi derrotada nas urnas. E, gostem ou não, a matemática eleitoral costuma ser mais cruel que qualquer discurso inflamado nas redes sociais.

Existe uma realidade que alguns conservadores parecem ignorar. No Brasil, há muito mais trabalhadores do que patrões. Quem pretende conquistar a Presidência precisa conversar com quem acorda às cinco da manhã, pega ônibus lotado e enfrenta dificuldades para pagar as contas. Não basta conquistar aplausos de empresários, influenciadores digitais e grupos de WhatsApp.

Enquanto uns pensam em 2028, outros ainda brigam com 2026

A derrota de Flávio Bolsonaro deveria servir como oportunidade para uma profunda reflexão dentro do Partido Liberal.

Mas, enquanto os conservadores mais pragmáticos procuram entender onde erraram, os radicais continuam presos ao velho repertório: questionamento das urnas, pedidos de anulação da eleição, discursos golpistas e até fantasias de impeachment.

Parece que alguns ainda não perceberam que eleição se ganha com votos, não com ataques de nervos.

O problema é que, enquanto essa turma permanece olhando pelo retrovisor, o calendário eleitoral continua avançando.

Em 2028 haverá eleições municipais. Prefeitos e vereadores precisarão conquistar eleitores de carne e osso, não apenas seguidores dispostos a compartilhar vídeos de indignação.

A direita que continuar fazendo campanha para uma eleição que já terminou corre o risco de perder a próxima antes mesmo de começar.

O PL precisa de lideranças ou de devotos?

O grande dilema do PL é decidir se pretende continuar sendo uma extensão política da família Bolsonaro ou transformar-se em um partido conservador com identidade própria.

A derrota de Flávio não significa necessariamente o fim do bolsonarismo. O movimento conserva uma base expressiva e capacidade de mobilização.

Entretanto, uma coisa é mobilizar militantes. Outra, muito diferente, é conquistar a maioria do eleitorado.

A direita precisa compreender que patriotismo não se mede pelo tamanho da bandeira na janela, conservadorismo não se resume a repetir slogans religiosos e competência administrativa não nasce de fotografias ao lado de Bolsonaro.

Um partido que depende eternamente de um sobrenome corre o risco de ficar politicamente órfão quando esse sobrenome deixa de produzir vitórias.

Menos gritaria, mais propostas

Uma direita verdadeiramente programática deveria defender responsabilidade fiscal, liberdade econômica, segurança pública, respeito à Constituição e eficiência administrativa.

Nada disso exige ataques permanentes ao Supremo Tribunal Federal, ameaças de ruptura institucional ou a fabricação diária de inimigos imaginários.

O conservadorismo clássico valoriza estabilidade, instituições e prudência. Já o radicalismo político frequentemente prefere incendiar a casa para depois reclamar da falta de moradia.

A diferença é simples: o conservador procura preservar aquilo que funciona e melhorar o que está errado. O radical parece acreditar que, se não puder mandar em tudo, ninguém mais merece governar.

Foz do Iguaçu: O teste começa dentro de casa

Em Foz do Iguaçu, onde o PL possui o prefeito Joaquim Silva e Luna e representantes na Câmara Municipal, a reflexão deveria começar imediatamente.

O eleitor municipal de 2028 não estará interessado apenas em saber quem esteve mais próximo de Bolsonaro ou quem publicou mais fotografias vestindo verde e amarelo.

Estará interessado em saúde funcionando, ruas conservadas, segurança, transporte público eficiente e uma administração capaz de apresentar resultados concretos.

De nada adianta defender a família brasileira nos palanques enquanto as famílias enfrentam dificuldades para conseguir atendimento médico ou resolver problemas básicos da cidade.

O eleitor pode até admirar Bolsonaro, mas não é obrigado a aceitar incompetência administrativa em nome dessa admiração.

O Bolsonarismo pode ser forte. Mas a direita precisa ser maior

O desafio dos conservadores é abandonar a ideia de que qualquer crítica ao bolsonarismo representa traição.

Discordar de uma liderança não significa abandonar princípios. Significa reconhecer que partidos políticos devem sobreviver aos seus líderes.

A direita brasileira precisa decidir se deseja disputar o futuro ou continuar administrando ressentimentos do passado.

Porque, se a estratégia para 2028 for apenas repetir os discursos de 2026, trocar candidatos e aumentar o volume dos gritos, talvez o resultado também seja repetido.

Afinal, uma direita que não consegue pensar além de Bolsonaro dificilmente conseguirá convencer o Brasil a pensar além de Lula.

E fica a pergunta que muitos radicais preferem não responder: o PL quer formar novos líderes ou continuar formando admiradores de um único líder? E convenhamos que os dois maiores líderes, um está preso e outro fugido.

Se a resposta for ficar com o preso e o foragido, a esquerda poderá começar a agradecer antecipadamente.

POLÍTICA

DERROTA INCONFORMADA

Vereador Bosco Foz defende o golpe e a anulação das eleições presidenciais

Inconformado com a derrota de Flávio Bolsonaro, vereador de Foz do Iguaçu divulga suspeitas sobre a eleição presidencial e cita relatório extraoficial. Ministério Público Federal precisa avaliar a gravidade das declarações

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

Parece que uma parcela do bolsonarismo radical continua enfrentando sérias dificuldades para compreender uma regra elementar da democracia: ganha quem recebe mais votos, não quem grita mais alto depois da apuração.

Perdeu a eleição, mas não perdeu a vontade de contestar

Em Foz do Iguaçu, o vereador Bosco Foz resolveu transformar sua indignação com a derrota de Flávio Bolsonaro em manifestações públicas de desconfiança contra o resultado presidencial.

Em um vídeo divulgado nas redes sociais, o parlamentar declarou: "Muitos devem estar tristes, eu estou com raiva. Com raiva porque, eu não consigo aceitar este tipo de resultado totalmente fora da lógica. Flavio Bolsonaro só fez três milhões de votos a mais e Lula fez dez, e uma série de irregularidades".

Não satisfeito, acrescentou:

"Eu deixo esse registro da minha inconformidade, a gente passa mais uma vez uma situação de não conseguir mais aceitar, acreditar, na lógica das coisas e confiar nas instituições".

Ora, vereador! A democracia não funciona conforme a lógica particular de cada candidato derrotado ou de seus apoiadores. E a indignação pessoal não substitui provas técnicas.

O relatório milagroso que promete abalar a república

Em outra gravação, Bosco Foz foi ainda mais longe ao apresentar uma narrativa sobre supostas irregularidades na totalização dos votos.

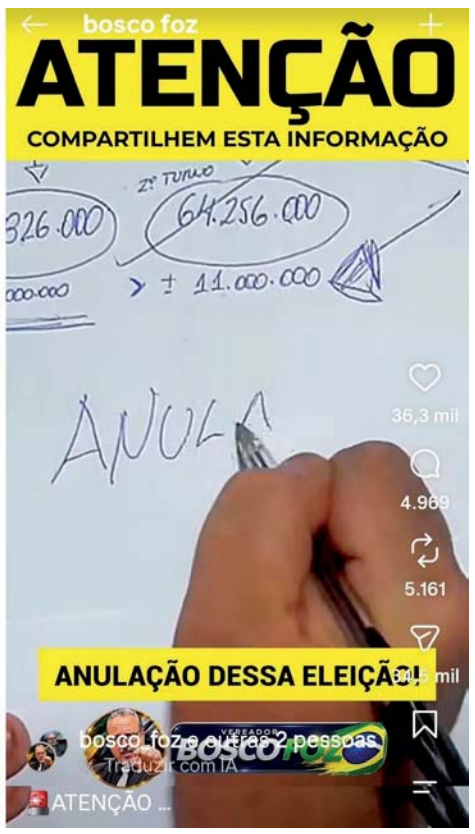
O vereador anunciou:

"Neste vídeo eu vou te mostrar o porquê Flavio Bolsonaro se declarou presidente legitimo do Brasil".

Na sequência, apresentou sua explicação:

"Foi criado um relatório pericial extraoficial que vai abalar as eleições de 2026. Pois segundo os números apresentados nesse relatório até as 17 horas Flavio Bolsonaro estaria na frente com uma vantagem de um milhão e oitocentos mil de votos. Porem entre as 17 e 19 horas dessa prorrogação absurda, teria ocorrida uma mudança radical, a entrada de seis milhões de votos para o carniça...".





Bosco Foz questiona as urnas, Cadê as provas, vereador?

Convenhamos! Um relatório apresentado como pericial não se transforma automaticamente em prova de fraude apenas porque seus números impressionam os inconformados.

Quem produziu esse documento? Quais especialistas o assinaram? Qual foi a metodologia? Onde estão os dados verificáveis?

E, principalmente, qual evidência demonstra que a mudança na totalização dos votos decorreu de alguma irregularidade?

Ministério Público Federal: É hora de exigir explicações

As declarações merecem ser examinadas pelo Ministério Público Federal, que deve avaliar a existência de elementos concretos para instaurar uma investigação aprofundada.

Seria pertinente solicitar ao vereador a íntegra do suposto relatório, sua origem, a identificação dos responsáveis e os elementos técnicos que sustentariam as acusações divulgadas.

Afinal, quem ocupa um cargo público e lança suspeitas tão graves sobre uma eleição presidencial precisa estar preparado para demonstrar aquilo que afirma.

O MPF também deveria avaliar se o conteúdo divulgado ultrapassa os limites da crítica política legítima e apresenta indícios de alguma conduta ilícita.

Foz tem problemas reais, mas a prioridade é a derrota de Flávio?

Enquanto a população cobra soluções para os buracos nas ruas, problemas na saúde e deficiências dos serviços municipais, o vereador parece dedicar especial atenção à derrota presidencial de seu campo político.

Bosco Foz tem todo o direito de não gostar do resultado eleitoral. Pode ficar triste, indignado e até com raiva, como confessou publicamente.

Mas existe uma diferença gigantesca entre discordar politicamente de um resultado e sustentar publicamente suspeitas de fraude sem apresentar evidências verificáveis.

O mandato parlamentar não oferece imunidade à responsabilidade pelas próprias declarações.

Se o vereador possui provas consistentes, deve encaminhá-las às autoridades competentes. Caso contrário, suas acusações permanecem no terreno das alegações não comprovadas.

A democracia não precisa de adivinhações. Precisa de provas

O Ministério Público Federal não deve agir para punir opiniões políticas, mas tem o dever institucional de avaliar possíveis ilícitos quando houver indícios suficientes.

Afinal, a credibilidade das eleições não pode ficar refém de relatórios misteriosos, interpretações convenientes e discursos inflamados.

A pergunta que fica para Bosco Foz é objetiva: O vereador possui provas de fraude eleitoral ou está apenas tentando encontrar uma explicação para uma derrota que não conseguiu aceitar?

Porque, na democracia, perder uma eleição não é crime. E apresentar provas, quando se faz uma acusação grave, é o mínimo que se espera de um representante do povo.

POLÍTICA

TRAIÇÃO OU COVARDIA?

Evandro Ferreira desaparece na hora do voto e revolta eleitores da direita

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução



Vereador do PSD, que construiu sua identificação política junto ao eleitorado conservador, não participou da votação sobre a denúncia contra Adnan El Sayed. A ausência virou combustível para acusações de traição e revolta até entre associados do ICLI.

Na hora H, o conservadorismo ficou offline

Na política, existem aqueles que defendem suas convicções, aqueles que mudam de lado e aqueles que, quando chega a hora de demonstrar coragem, simplesmente desaparecem. Pelo relato da sessão de 14 de outubro, o vereador Evandro Ferreira (PSD) resolveu protagonizar a terceira alternativa.

Na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, a pauta era explosiva: o pedido de investigação do vereador Adnan El Sayed, acusado de suposta quebra de decoro parlamentar após um discurso de apoio ao presidente Lula nas dependências da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

A denúncia questionava a utilização de um espaço público federal para manifestação de natureza eleitoral. A existência da acusação, entretanto, não significa que a irregularidade tenha sido comprovada.

Na votação sobre o recebimento da denúncia, o placar terminou empatado: sete votos favoráveis e sete contrários. Com isso, segundo o resultado relatado, o pedido não avançou.

Mas o verdadeiro espetáculo político não estava apenas no placar. Estava na ausência de quem poderia ter participado da decisão.

O vereador que estava online, mas sumiu do voto

Evandro Ferreira, identificado politicamente com setores da direita, estava, segundo as informações apresentadas, conectado à sessão. Entretanto, justamente no momento da votação, não participou.

Uma coincidência daquelas que merecem entrar para o folclore político iguaçuense.

Afinal, para quem construiu sua imagem junto ao eleitorado conservador, desaparecer numa votação politicamente sensível não parece exatamente uma demonstração de firmeza.

O vereador pode até ter uma explicação perfeitamente legítima. O problema é que, sem uma justificativa pública, sua ausência abre espaço para todo tipo de interpretação.

E a pergunta que incomoda seus apoiadores é simples: faltou conexão, convicção ou coragem?

De representante da direita a acusado de traição

Segundo relatos colhidos pelo jornal Tribuna Popular, eleitores conservadores demonstraram indignação com a postura do parlamentar.

Um servidor municipal ouvido pela reportagem teria afirmado: "Evandro Ferreira traiu a família conservadora ao se omitir sobre o caso."

Outro foi ainda mais contundente, interpretando a ausência como uma escolha política favorável à esquerda. É evidente que essas declarações representam opiniões dos entrevistados, não uma conclusão sobre as intenções do vereador.

Entretanto, revelam o tamanho do desgaste que uma única ausência pode provocar entre aqueles que esperavam uma posição clara.

Na política, ficar em cima do muro pode parecer confortável. O inconveniente é descobrir que, dependendo da altura, a queda pode ser eleitoral.

Até no ICLI, a maré virou contra o ex-comodoro

A insatisfação relatada também teria chegado ao Iate Clube Lago de Itaipu (ICLI), onde Evandro Ferreira exerceu a função de comodoro.

Associados ouvidos pela reportagem criticaram duramente a ausência na votação. "É inaceitável o vereador que se diz da direita ficar em cima do muro", declarou um dos entrevistados.

Outro afirmou que o ex-comodoro teria traído a confiança dos associados e que seria cobrado dentro do clube.

As manifestações não representam necessariamente a posição institucional do ICLI, mas indicam que a controvérsia ultrapassou os corredores da Câmara.

E aqui surge uma ironia irresistível: quem está acostumado a comandar embarcações aparentemente encontrou dificuldades para definir o próprio rumo político.

Quando o silêncio fala mais alto

Evandro Ferreira não tinha obrigação de votar conforme a expectativa de determinado grupo político. Seu mandato exige independência, responsabilidade e respeito às regras legislativas.

Mas também é verdade que o eleitor tem todo o direito de cobrar coerência e explicações de seus representantes. Se a ausência foi motivada por problema técnico, compromisso inevitável ou outra circunstância, cabe ao parlamentar esclarecer.

O que não pode é transformar uma votação importante num misterioso jogo de esconde-esconde.

Para os conservadores que se manifestaram à reportagem, a conta política já começou a chegar.

Evandro Ferreira talvez não tenha escolhido publicamente um lado naquela votação. Mas sua ausência acabou produzindo exatamente aquilo que qualquer político teme: deixar seus próprios apoiadores perguntando de que lado ele realmente está.

E, pelo visto, nem a experiência de ex-comodoro será suficiente para navegar tranquilamente nessa tempestade política.

POLÍTICA

VEREADOR COVARDE

Cabo Cassol enxerga buraco de Lula, mas fica cego diante dos buracos do general

Apontar buracos na rodovia federal enquanto os problemas municipais continuam exigindo respostas não é demonstração de bravura, mas demonstra um verdadeiro covarde

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

A política de Foz do Iguaçu acaba de ganhar mais um espetáculo digno do teatro do absurdo. O protagonista da vez é o vereador Cabo Cassol, que aparentemente desenvolveu uma extraordinária capacidade de enxergar buracos conforme a preferência política de quem deveria tapá-los.

O Cabo que grita com Lula e bate continência para o general

Quando o buraco está numa rodovia federal, Cassol vira um verdadeiro leão. Grita, esbraveja, aponta o dedo e cobra providências do presidente Lula. Mas quando a buraqueira está nas ruas de Foz do Iguaçu, sob responsabilidade da administração do prefeito General Joaquim Silva e Luna, o leão aparentemente vira um gatinho domesticado.

É uma transformação impressionante! Digna de estudo científico sobre os efeitos da fidelidade política na capacidade visual de um parlamentar.

Força e Honra? Só quando o alvo é Lula

Inconformado com a reeleição de Lula, Cabo Cassol resolveu publicar um vídeo nas redes sociais cobrando a recuperação de buracos numa rodovia federal que passa por Foz do Iguaçu.

Com a valentia de quem parece estar enfrentando um inimigo de guerra, disparou: "Então aqui é problema do Lula? Não é Lula? Então você que é esquerdista cobra o Lula e vem arrumar essa buraqueira aqui."

E continuou, aos gritos: "Bora Lula, bora, bora, bora! Tu foi eleito para quê?". Para encerrar o espetáculo, soltou seu grito de guerra: "Força e honra!"

Bonito discurso! Só faltou explicar por que essa mesma força desaparece quando o assunto é cobrar o prefeito que administra a cidade onde Cassol foi eleito vereador.

Afinal, será que a coragem do parlamentar termina exatamente onde começam as responsabilidades do general?

Um buraco federal vale mais que mil municipais?

Ninguém discute que o Governo Federal deve responder pela conservação das rodovias sob sua responsabilidade. A cobrança é legítima. O problema é a seletividade escancarada.

Enquanto Cassol transforma um buraco federal em escândalo político, moradores de Foz do Iguaçu convivem com ruas esburacadas, pavimentação deteriorada e cobranças por manutenção.

Mas onde está o mesmo entusiasmo do vereador para cobrar Silva e Luna? Cadê os vídeos indignados? Cadê os gritos? Cadê o famoso "bora, bora, bora"?

Será que o asfalto municipal possui alguma patente militar que impede o cabo de questionar o general?

Fiscalizar Brasília é fácil. Difícil, pelo visto, é atravessar a praça e cobrar o gabinete do prefeito.

Na rodovia, um leão; Na prefeitura, silêncio militar

O episódio levanta uma pergunta inevitável: Cabo Cassol exerce seu mandato para fiscalizar o poder público ou para defender politicamente determinados governantes?



O vereador foi eleito para representar os moradores de Foz do Iguaçu, não para funcionar como comentarista permanente das redes sociais contra Lula.

É claro que pode criticar o presidente. Mas também precisa demonstrar disposição para cobrar o prefeito, especialmente quando os problemas atingem diretamente a população que o elegeu.

A impressão transmitida é de que Cassol descobriu uma nova modalidade de fiscalização: a indignação por conveniência.

Contra Lula, megafone ligado. Diante do general, volume no mínimo.

Até na direita a paciência tem limite

A postura Cabo Cassol teria provocado críticas até entre pessoas identificadas com a direita. Segundo um relato apresentado, um conservador teria resumido a situação com uma frase devastadora:

"O Cabo Cassol se cala do buraco da esquina da casa dele e tem coragem de ir reclamar de um buraco na rodovia federal. Isso é a vergonha da direita iguaçuense."

A crítica expõe uma contradição que ultrapassa qualquer disputa entre direita e esquerda.

Não é necessário ser petista para perceber que um vereador deveria dedicar atenção especial aos problemas do município que representa.

Cabo Cassol: Força para gritar, mas falta coragem para cobrar?

No quartel, a hierarquia exige respeito. Na Câmara Municipal, a obrigação constitucional é fiscalizar, inclusive os aliados.

Se Cabo Cassol pretende construir uma imagem de parlamentar corajoso, precisa demonstrar que sua indignação não depende da filiação partidária de quem governa.

Porque apontar buracos na rodovia federal enquanto os problemas municipais continuam exigindo respostas não é demonstração de bravura, mas demonstra um verdadeiro covarde. É uma escolha política que merece ser questionada.

No final, a pergunta permanece: Cabo Cassol tem força e honra para cobrar o general ou sua coragem só aparece quando o alvo está a mais de mil quilômetros de Foz do Iguaçu?

A população não precisa de vereador que apenas grite para as câmeras. Precisa de representante que fiscalize, cobre soluções e tenha independência.

Porque buraco não tem ideologia. Mas, pelo visto, a indignação de alguns políticos tem dono, patente e endereço.

POLÍTICA

PAULO MAC DONALD

Entre o palanque da direita e o fantasma de 2028

Ex-prefeito que durante anos reconheceu os investimentos dos governos Lula e Dilma, em 2026 participou de manifestação conservadora abrindo uma discussão que poderá geram a uma nova derrota eleitoral em 2028

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução



A política tem dessas curiosidades que nem o mais criativo roteirista conseguiria inventar. Durante anos, o ex-prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald Ghisi (PP), reconheceu publicamente a importância dos investimentos federais realizados durante os governos Lula e Dilma Rousseff.

Da gratidão a Lula ao palanque bolsonarista

Não era para menos. Uma parcela significativa das obras executadas durante suas administrações, entre 2005 e 2012, contou com recursos federais. Naquela época, Brasília era uma parceira importante para transformar projetos em realizações.

Mas a política muda, os palanques mudam e as alianças também. No dia 18 de outubro de 2026, já eleito deputado estadual, Paulo Mac Donald participou do movimento Direita Foz, realizado na Praça do Mitre, em apoio à candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro (PL), que por fim acabou derrotado nas eleições e acabou fugindo do Brasil em menos de 48 horas após o pleito eleitoral.

A participação de Paulo Mac Donald provocou questionamentos sobre sua relação com setores progressistas que, em diferentes momentos, estiveram próximos de seu projeto político.

O preço político de escolher um lado

A presença de Paulo Mac Donald no movimento conservador coloca uma questão sobre a mesa: como ficará sua relação com o eleitorado de esquerda nas eleições municipais de 2028?

O cenário ganha importância diante da eleição de Yasmin Hachem (PT) para a Assembleia Legislativa do Paraná. Seu nome passa a integrar naturalmente as discussões sobre possíveis candidaturas municipais, embora não exista confirmação de que disputará a Prefeitura.

Há quem interprete a presença de Mac Donald no palanque da direita como uma mudança de posicionamento. O problema político está justamente nessa diferença de interpretações. Uma fotografia de palanque pode durar poucos segundos, mas sua repercussão costuma atravessar campanhas inteiras.

A matemática não aceita discurso de palanque

Os números apresentados das duas últimas eleições permitem uma comparação interessante.

Em 2024, Paulo Mac Donald conquistou 47.775 votos na disputa pela Prefeitura de Foz do Iguaçu, terminando o primeiro turno sem alcançar a vitória. Em 2026, recebeu 45.276 votos na eleição para deputado estadual.

A diferença é de 2.499 votos, uma redução numérica de aproximadamente 5,23%.

Também circula uma estimativa de eventual perda de 20% de seu eleitorado em razão do posicionamento político da direita. Sem pesquisa identificada ou metodologia verificável, esse percentual permanece apenas como hipótese.

Se esta hipótese se concretizar, Paulo Mac Donald poderá perder novamente no primeiro turno numa possível eleição a prefeito em 2028.

De prefeito executor a deputado legislador

Outro ponto que merece discussão é a mudança de função pública. Paulo Mac Donald construiu sua trajetória administrativa como prefeito e engenheiro. Agora, eleito deputado estadual, ocupará uma cadeira no Poder Legislativo.

E existe uma diferença fundamental entre administrar uma cidade e representar seus cidadãos no Parlamento.

Deputado propõe leis, vota projetos, fiscaliza o Executivo, participa das discussões orçamentárias e pode apresentar emendas para destinação de recursos. Já a execução administrativa de obras e serviços compete ao Poder Executivo.

Quando um parlamentar anuncia que pretende construir ou resolver determinado problema, é necessário esclarecer de que maneira pretende fazê-lo: por meio de articulação institucional, fiscalização, emendas orçamentárias ou negociação com o governo.

A experiência como prefeito pode ser útil na Assembleia Legislativa, mas não transfere automaticamente ao deputado as atribuições de um chefe do Executivo.

O retorno à prefeitura ainda é uma incógnita

Desde que deixou a Prefeitura, em dezembro de 2012, Paulo Mac Donald não voltou a exercer o comando administrativo do município.

Sua eleição para deputado estadual representa uma nova etapa, com responsabilidades diferentes e a oportunidade de demonstrar resultados na atuação parlamentar.

Se decidir disputar novamente a Prefeitura em 2028, sua candidatura será examinada à luz de suas posições políticas, alianças, propostas e atuação na Assembleia.

O desafio não estará apenas em recordar as obras realizadas no passado, mas em explicar o que pretende fazer no futuro e quais compromissos está disposto a assumir.

Afinal, na política, a memória das obras pode render votos, mas a memória dos palanques também acompanha os candidatos.

POLÍTICA

PAULO MAC DONALD

De prefeito a deputado, com uma paradinha no quartel de Moro

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

A curiosidade da política de Foz do Iguaçu tem suas atenuantes, para não ser chamado de traidor é melhor ser chamado de "camaleão político".

Paulo Mac Donald, eleito deputado estadual, aproxima-se da base política de Sergio Moro, embora tenha participado da articulação da campanha de Sandro Alex.

Na política, muda-se de palanque, mas o sonho de voltar à Prefeitura continua intacto

E nesse novo arranjo político surge uma companhia interessante: o prefeito General Joaquim Silva e Luna, apoiador de Sergio Moro.

Será que antigos adversários estão prestes a descobrir as maravilhas da convivência política?

Deputado no papel, prefeito no coração

Paulo Mac Donald mal conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) e já demonstra interesse em retornar à Prefeitura em 2028.

Nesse ritmo, talvez a placa de identificação de seu gabinete devesse trazer uma inovação: "Deputado Prefeito Paulo Mac Donald".

Afinal, deputado é o cargo conquistado nas urnas. Prefeito é o título que parece continuar ocupando lugar especial em seu vocabulário político.

Moro, General e Paulo: Quem diria!

A aproximação com o grupo de Moro levanta uma pergunta inevitável: como ficará a relação de Paulo Mac Donald com o governo municipal?

Será que veremos o ex-prefeito distribuindo elogios ao General Silva e Luna? Ou a aproximação eleitoral não chegará ao ponto de produzir uma amizade administrativa?

Na política, até General pode ser civil!

O dilema vai além dos abraços de palanque. Para uma eventual candidatura em 2028, Paulo terá de explicar como pretende conciliar alianças estaduais, relações com o governo federal e suas antigas posições políticas.

No discurso de determinados setores mais radicais, quem não está à direita acaba recebendo automaticamente o carimbo de comunista.

Seguindo essa lógica simplista, se Paulo está com Moro, Moro está com o General e o General está na Prefeitura, só falta resolver a patente.



Paulo Mac Donald será deputado, candidato a prefeito ou general honorário da nova aliança?

Na política iguaçuense, a resposta pode mudar antes mesmo da próxima reunião de gabinete.



POLÍTICA

PREFEITURA OU ESCRITÓRIO?

Possível conflito de interesses dentro da Secretaria Municipal de Planejamento acende alerta em Foz

Diretor de Licenciamento Ambiental da Prefeitura aparece vinculado à empresa que atuou na aprovação de loteamento. Ministério Público precisa investigar, enquanto o prefeito General Silva e Luna deve explicar se considera essa situação normal em sua administração

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução



Em Foz do Iguaçu, a administração do prefeito General Joaquim Silva e Luna parece oferecer material suficiente para transformar o Código de Ética do funcionalismo público em uma obra de ficção. Pelo menos é essa a impressão que fica diante das informações apresentadas em um relatório administrativo preliminar sobre o Loteamento Parque dos Pioneiros II.

Quando o público e o privado se encontram na mesma porta

O documento, datado de 1º de outubro de 2026, aponta circunstâncias que justificam investigar um possível conflito de interesses envolvendo Johnys Freitas, identificado em documentação oficial como Diretor de Licenciamento Ambiental de Obras Públicas da Prefeitura, e a empresa privada Progetar Engenharia Ambiental.

A questão é simples, mas extremamente delicada: como garantir a separação entre interesses particulares e responsabilidades públicas quando um servidor ocupa função ligada ao licenciamento ambiental e aparece profissionalmente vinculado a uma empresa que atua justamente nesse setor?

Seria apenas uma extraordinária coincidência administrativa? Ou estamos diante de uma situação que exige explicações muito mais convincentes do que o tradicional silêncio dos gabinetes?

De um lado, a prefeitura. do outro, a Progetar. E no meio?

Segundo o relatório, em publicação de 16 de dezembro de 2024, a própria Progetar identificou Johnys Freitas como seu responsável técnico.

Até aí, uma relação profissional privada.

Entretanto, em documento oficial autenticado em 19 de agosto de 2025, Johnys aparece exercendo a função de Diretor de Licenciamento Ambiental de Obras Públicas, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

E aqui começa o verdadeiro nó administrativo.

Em 5 de dezembro de 2025, a Progetar divulgou publicamente sua participação no Loteamento Parque dos Pioneiros II, destacando três atividades: licenciamento ambiental, autorização florestal e aprovação junto à Prefeitura.

Sim, caro contribuinte! A empresa privada divulgou atuação em procedimentos perante a administração municipal, enquanto um profissional anteriormente identificado como seu responsável técnico exercia função pública relacionada à área ambiental.

Isso não comprova favorecimento, muito menos participação direta do servidor nas decisões. Mas convenhamos: é uma coincidência suficientemente relevante para merecer uma investigação séria.

Afinal, para que serve a prevenção de conflitos de interesses se situações como essa não forem devidamente esclarecidas?

General Silva e Luna, na sua administração isso é normal?

O prefeito Joaquim Silva e Luna, militar da reserva e homem que construiu sua trajetória profissional sob os princípios da hierarquia e da disciplina, precisa responder a uma pergunta objetiva:

Na sua administração, é considerado normal que um ocupante de cargo de direção ligado ao licenciamento ambiental mantenha eventual interesse econômico em empresa privada que atua com licenciamentos e aprovações perante a própria Prefeitura?

Evidentemente, antes de qualquer conclusão, é necessário comprovar se Johnys Freitas permanecia sócio da Progetar durante a tramitação do empreendimento. O relatório menciona a existência de um contrato social informado pelo solicitante, mas recomenda sua juntada ao procedimento.

Justamente por isso, a Prefeitura precisa esclarecer a situação.

O general considera suficiente que tudo esteja aparentemente dentro da normalidade ou pretende determinar uma apuração administrativa para afastar qualquer suspeita?

Porque disciplina administrativa não deveria funcionar apenas para servidores subordinados. Também deveria alcançar os ocupantes de cargos estratégicos.

E transparência não é discurso para solenidade, fotografia oficial ou publicação nas redes sociais. É obrigação de quem administra dinheiro público e toma decisões que afetam interesses privados.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Licenciamento sob suspeita: Cadê o Ministério Público?

Ministério Público precisa entrar em cena e investigar possível conflito de interesses entre diretor da Prefeitura e empresa privada. O silêncio não pode prevalecer

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

O caso merece chegar ao conhecimento do Ministério Público do Estado do Paraná para avaliação da necessidade de instauração de procedimento investigatório.

Não se trata de condenar antecipadamente Johnys Freitas ou a Progetar. Trata-se de verificar se os princípios da impessoalidade, moralidade e imparcialidade administrativa foram respeitados.

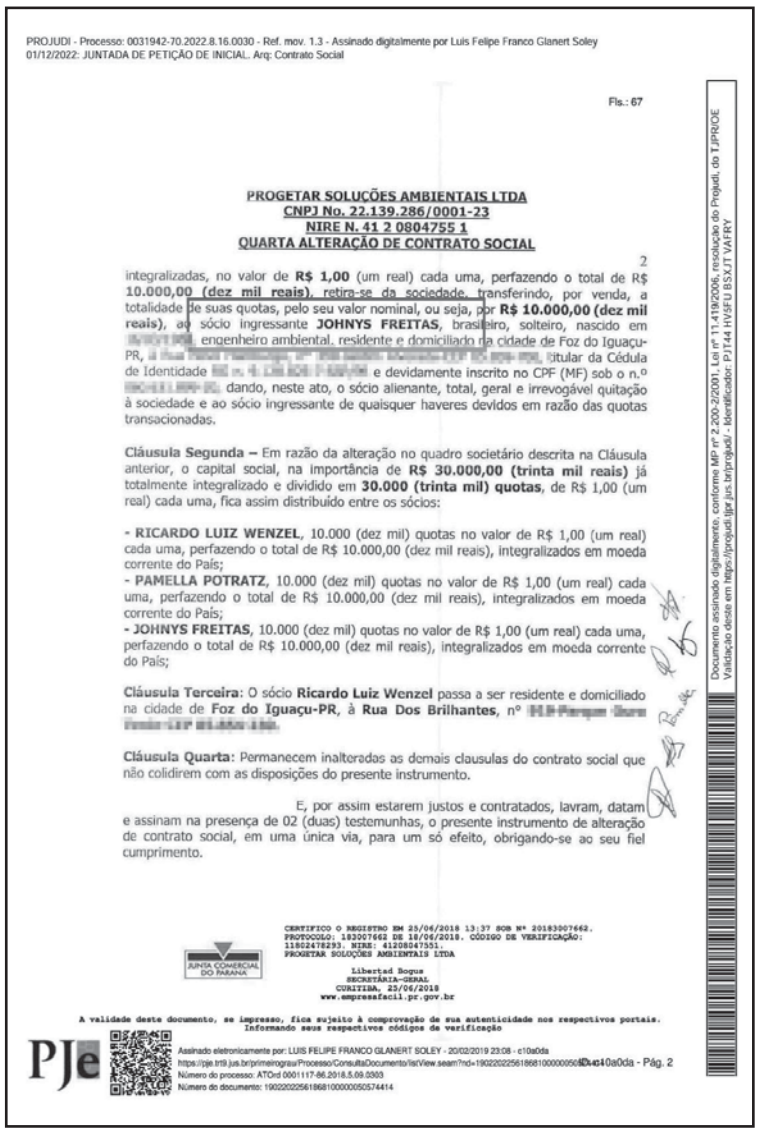
O relatório identifica um elemento que merece atenção especial: o Decreto Municipal nº 33.913, de 29 de agosto de 2025, cuja ementa trata da aprovação da planta e do arruamento do Parque dos Pioneiros II.

Quem analisou o processo? Quem elaborou os pareceres? Quem assinou as manifestações técnicas? Quem autorizou cada etapa? Johnys Freitas teve acesso aos procedimentos? Participou de alguma decisão? Declarou eventual impedimento?

São perguntas objetivas, cujas respostas devem estar nos documentos oficiais.

É importante lembrar que a aprovação urbanística de um loteamento, o licenciamento ambiental e a autorização florestal podem envolver processos e autoridades diferentes. Portanto, somente a análise integral desses procedimentos permitirá identificar eventual interferência funcional.

O Ministério Público não precisa partir de uma acusação pronta. Precisa partir dos documentos e descobrir o que efetivamente aconteceu.



PROJUDI - Processo: 0031942-70.2022.8.16.0030 - Ref. mov. 1.3 - Assinado digitalmente por Luis Felipe Franco Glanert Soley
01/12/2022: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL. Arq: Contrato Social

Fls.: 67

PROGETAR SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ No. 22.139.286/0001-23
NIRE N. 41 2 0804755 1
QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

2

integralizadas, no valor de **R$ 1,00** (um real) cada uma, perfazendo o total de R$ **10.000,00 (dez mil reais)**, retira-se da sociedade, transferindo, por venda, a totalidade de suas quotas, pelo seu valor nominal, ou seja, por **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, ao sócio ingressante **JOHNYS FREITAS**, brasileiro, solteiro, nascido em [redacted], engenheiro ambiental, residente e domiciliado na cidade de Foz do Iguaçu-PR, [redacted], titular da Cédula de Identidade [redacted] e devidamente inscrito no CPF (MF) sob o n.º [redacted], dando, neste ato, o sócio alienante, total, geral e irrevogável quitação à sociedade e ao sócio ingressante de quaisquer haveres devidos em razão das quotas transacionadas.

Cláusula Segunda – Em razão da alteração no quadro societário descrita na Cláusula anterior, o capital social, na importância de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)** já totalmente integralizado e dividido em **30.000 (trinta mil) quotas**, de R$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

- **RICARDO LUIZ WENZEL**, 10.000 (dez mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o total de R$ 10.000,00 (dez mil reais), integralizados em moeda corrente do País;
- **PAMELLA POTRATZ**, 10.000 (dez mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o total de R$ 10.000,00 (dez mil reais), integralizados em moeda corrente do País;
- **JOHNYS FREITAS**, 10.000 (dez mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o total de R$ 10.000,00 (dez mil reais), integralizados em moeda corrente do País;

Cláusula Terceira: O sócio **Ricardo Luiz Wenzel** passa a ser residente e domiciliado na cidade de **Foz do Iguaçu-PR**, à **Rua Dos Brilhantes**, nº [redacted]

Cláusula Quarta: Permanecem inalteradas as demais clausulas do contrato social que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam na presença de 02 (duas) testemunhas, o presente instrumento de alteração de contrato social, em uma única via, para um só efeito, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/06/2018 13:37 SOB Nº 20183007662.
PROTOCOLO: 183007662 DE 18/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802478293. NIRE: 41208047551.
PROGETAR SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

Libertad Bogus
SECRETÁRIA-GERAL
CURITIBA, 25/06/2018
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

PJe

Assinado eletronicamente por: LUIS FELIPE FRANCO GLANERT SOLEY - 20/02/2019 23:08 - c10a0da
https://pje.trf8.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19022022561868100000056[redacted]0a0da - Pág. 2
Número do processo: ATOrd 0001117-66.2018.5.09.0303
Número do documento: 19022022561868100000050574414

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPROE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/pjeJus.jsp?pjeJusIdentificador=PJ144 HVSFU ESXJT VAFRY

Em 28 de julho de 2025, o Município instituiu, pelo Decreto nº 33.798, o Código de Ética e Conduta do Agente Público do Poder Executivo.

A norma estabelece cuidados com situações reais, potenciais ou aparentes de conflito de interesses.

Traduzindo para uma linguagem que qualquer contribuinte compreende: não basta o servidor agir corretamente. Também é necessário evitar situações capazes de comprometer ou colocar em dúvida sua imparcialidade.

Agora surge a pergunta inevitável: de que adianta aprovar um Código de Ética se a administração não esclarece situações que podem contrariar justamente seus princípios?

Será que o documento foi criado para orientar a conduta dos agentes públicos ou apenas para aumentar a coleção de decretos municipais?

Porque, se a ética ficar restrita ao papel, teremos mais um belo exemplo de burocracia funcionando perfeitamente na teoria e deixando perguntas sem resposta na prática.

Código de Ética: Para ser cumprido ou enfeitar gaveta?

Outro detalhe chama a atenção.

O silêncio do gabinete não pode substituir uma explicação

O prefeito General Silva e Luna precisa compreender que a responsabilidade política pela transparência da administração não desaparece quando surgem questionamentos sobre seus dirigentes.

Não basta dizer que o assunto pertence a determinada secretaria. Cabe ao chefe do Executivo assegurar que os procedimentos sejam transparentes e que eventuais conflitos sejam examinados.

A Prefeitura deveria apresentar os processos relacionados ao Parque dos Pioneiros II, esclarecer a atuação funcional de Johnys Freitas e informar se houve declaração de impedimento ou medidas para separar interesses privados de atribuições públicas.

Também é indispensável esclarecer a situação societária do servidor no período investigado.

Caso não exista qualquer irregularidade, os documentos poderão demonstrar isso.

Mas, se a administração optar pelo silêncio, continuará alimentando uma dúvida que poderia ser esclarecida com transparência.

General, a Prefeitura é pública. Os interesses particulares, não

O relatório preliminar não comprova corrupção, favorecimento ou participação irregular de Johnys Freitas na aprovação do loteamento. Entretanto, reúne elementos que justificam uma apuração formal e independente.

E esse é o ponto fundamental.

A população de Foz do Iguaçu tem o direito de saber se os procedimentos de licenciamento e aprovação de empreendimentos privados estão protegidos contra possíveis conflitos de interesses.

O Ministério Público deve avaliar os fatos. A Prefeitura deve apresentar os documentos. E o prefeito precisa responder publicamente aos questionamentos.

General Silva e Luna, afinal, na sua administração isso é normal?

Porque uma coisa é certa: a Prefeitura não pode funcionar como extensão dos interesses particulares de quem ocupa cargos públicos.

E, quando o assunto envolve licenciamento ambiental, empresas privadas e decisões administrativas, transparência não é favor.

É dever. E explicação não deveria depender de provocação do Ministério Público.

POLÍTICA

ELEIÇÕES 2026

Vermelho é o deputado que mais investiu em saúde e educação

O deputado federal Vermelho sempre mostrou sua preocupação com a saúde e a educação de Foz do Iguaçu

Da Assessoria
Foto: Reprodução



O deputado federal Vermelho sempre mostrou sua preocupação com a saúde e a educação de Foz do Iguaçu, demonstrando seu compromisso com esses setores essenciais. São recursos de emendas parlamentares e dos ministérios e fundações.

Hospital Municipal tem recebido recursos viabilizados pelo deputado Vermelho

Com R$ 59,1 milhões destinados ao setor de saúde, o deputado ajudou melhorar o atendimento na rede municipal em diversas frentes tais como: compra de equipamentos, fortalecimento das unidades básicas de saúde, UPAs, Hospital Municipal e ações voltadas à Covid-19.

"Destinamos recursos para que a Prefeitura possa garantir mais saúde para a população. Vamos continuar ajudando", afirma Vermelho.

HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

Além de Foz, Vermelho tem ajudado instituições de saúde beneficente que atendem a todos, como é o caso do Hospital N. S. da Luz. A irmã Hilda agradeceu o deputado: "Que Deus ilumine os passos do deputado Vermelho para ele continuar ajudando".

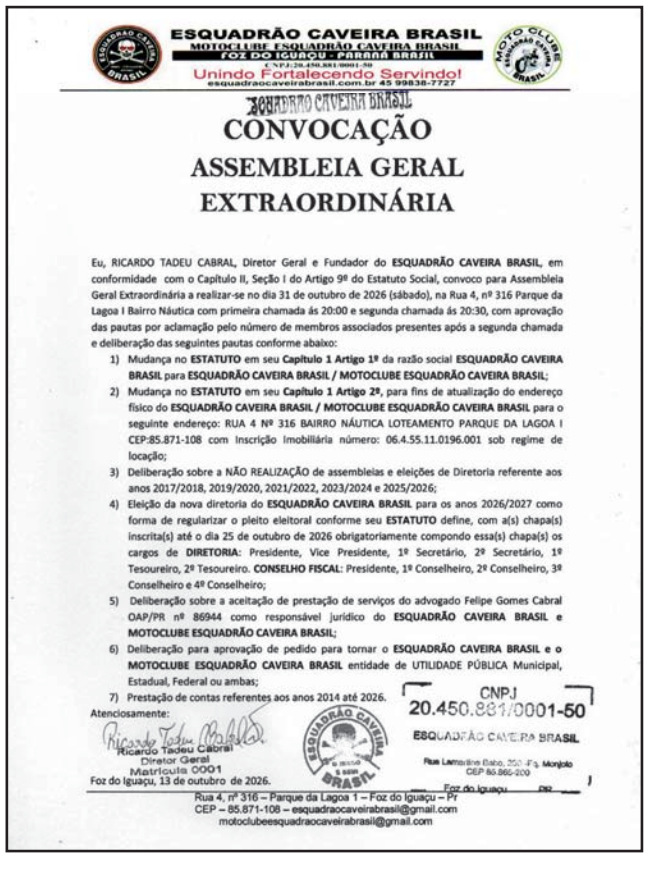
Vermelho também interviu em benefício de outros hospitais, como o Pequeno Príncipe, que atende crianças do Paraná inteiro.

EDUCAÇÃO INFANTIL

O deputado destinou R$ 11 milhões para a construção de quatro novas creches e para a compra de materiais didáticos para a rede municipal de Foz do Iguaçu. As ações ampliam a oferta de vagas na educação infantil e melhoram as condições de ensino.

Deputado Vermelho não mede esforços para melhorar a saúde e a educação

"Trabalhamos por uma educação de excelência desde os primeiros anos de vida, assegurando às crianças um futuro promissor. As mães podem trabalhar tranquilas, sabendo que seus filhos estão em segurança", destaca Vermelho.



ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL
MOTOCLUBE ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL
FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ BRASIL
Unindo Fortalecendo Servindo!
esquadraocaveirabrasil.com.br 45 99830-7727

ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA

Eu, RICARDO TADEU CABRAL, Diretor Geral e Fundador do **ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL**, em conformidade com o Capítulo II, Seção I do Artigo 9º do Estatuto Social, convoco para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 31 de outubro de 2026 (sábado), na Rua 4, nº 316 Parque da Lagoa I Bairro Náutica com primeira chamada ás 20:00 e segunda chamada ás 20:30, com aprovação das pautas por aclamação pelo número de membros associados presentes após a segunda chamada e deliberação das seguintes pautas conforme abaixo:

1) Mudança no **ESTATUTO** em seu **Capítulo 1 Artigo 1º** da razão social **ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL** para **ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL / MOTOCLUBE ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL**;
2) Mudança no **ESTATUTO** em seu **Capítulo 1 Artigo 2º**, para fins de atualização do endereço físico do **ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL / MOTOCLUBE ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL** para o seguinte endereço: RUA 4 Nº 316 BAIRRO NÁUTICA LOTEAMENTO PARQUE DA LAGOA I CEP:85.871-108 com Inscrição Imobiliária número: 06.4.55.11.0196.001 sob regime de locação;
3) Deliberação sobre a NÃO REALIZAÇÃO de assembleias e eleições de Diretoria referente aos anos 2017/2018, 2019/2020, 2021/2022, 2023/2024 e 2025/2026;
4) Eleição da nova diretoria do **ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL** para os anos 2026/2027 como forma de regularizar o pleito eleitoral conforme seu **ESTATUTO** define, com a(s) chapa(s) inscrita(s) até o dia 25 de outubro de 2026 obrigatoriamente compondo essa(s) chapa(s) os cargos de **DIRETORIA**: Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro. **CONSELHO FISCAL**: Presidente, 1º Conselheiro, 2º Conselheiro, 3º Conselheiro e 4º Conselheiro;
5) Deliberação sobre a aceitação de prestação de serviços do advogado Felipe Gomes Cabral OAP/PR nº 86944 como responsável jurídico do **ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL** e **MOTOCLUBE ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL**;
6) Deliberação para aprovação de pedido para tornar o **ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL** e o **MOTOCLUBE ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL** entidade de UTILIDADE PÚBLICA Municipal, Estadual, Federal ou ambas;
7) Prestação de contas referentes aos anos 2014 até 2026.

Atenciosamente:
Ricardo Tadeu Cabral
Diretor Geral
Matrícula 0001
Foz do Iguaçu, 13 de outubro de 2026.

CNPJ 20.450.881/0001-50
ESQUADRÃO CAVEIRA BRASIL
Rua Lamartine Babo, 250 - Fg. Monjolo CEP 86.860-000
Foz do Iguaçu PR

Rua 4, nº 316 – Parque da Lagoa 1 – Foz do Iguaçu – Pr
CEP – 85.871-108 – esquadraocaveirabrasil@gmail.com
motoclubeesquadraocaveirabrasil@gmail.com



TURISMO

Passarela das Cataratas do Iguaçu reabriu para visitação neste sábado, 31

A vazão do Rio Iguaçu está em condições favoráveis para visitação após alta motivada pelas chuvas na bacia do Rio Iguaçu e tendência de baixa dos últimos dias. Equipe da Urbia+Cataratas realiza monitoramento para segurança dos visitantes

Urbia Cataratas — PNI
Fotos: Urbia+Cataratas/Eagle Eye C.



A Passarela das Cataratas do Iguaçu, que conduz ao mirante da Garganta do Diabo, principal queda d'água do lado brasileiro do Parque Nacional do Iguaçu, foi reaberta neste sabado, dia 31 de outubro, às 10h. A estrutura passou por um período de interdição, após alta da vazão do Rio Iguaçu entre os dias 11 e 30 de outubro.

A passarela foi fechada quando o Rio atingiu os 8,5 milhões de litros por segundo, e chegou aos 17,7 milhões na segunda-feira, 26. Neste sabado, a vazão está em 6,8 milhões de litros por segundo.

Após avaliação por profissionais especializados, e reinstalação dos guarda-corpos, a estrutura está apta para receber visitantes da principal atração do Parque Nacional do Iguaçu. A concessionária Urbia+Cataratas segue adotando os protocolos de segurança para o monitoramento contínuo da vazão do Rio Iguaçu. Conforme os procedimentos operacionais, a necessidade de interdição preventiva da passarela passa a ser avaliada quando a vazão atinge 8 milhões de litros de água por segundo, com tendência de alta.



Visite o Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu está aberto todos os dias do ano, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, e aos fins de semana, das 8h30 às 16h. Durante o feriadão de Finados, de 31 de outubro a 2 de novembro, o parque abrirá às 8 horas. É recomendado adquirir o ingresso antecipadamente pelo site oficial (www.cataratasdoiguacu.com.br), escolhendo o dia e horário. Os passeios ao amanhecer, pôr do sol e durante a noite possuem vagas limitadas.

Sobre o Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). E conta com a gestão da visitação turística pela concessionária Urbia+Cataratas. Reconhecido como Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO, é referência internacional em turismo sustentável.

Mais informações
contato@cataratasdoiguacu.com.br
cataratasdoiguacu.com.br



Foto: Franz Amorim (Foz F.C)

O Azulão venceu pela primeira vez o Azuriz em Pato Branco



Foto: Instagram do Azuriz

Jorginho Ex Paranavaí é um dos principais nomes do meio campo da gralha



Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

NA MARCA DO PÊNALTI

Foz do Iguaçu FC

Copa Paraná: Com gol de Tiba e milagre de André Júnio, Foz F.C. bate o Azuriz e vai à semifinal

Vitória na raça, com muita emoção e fora de casa: Azulão supera o Azuriz por 1 a 0 e segue firme na busca pelo título

A conquista não apenas mantém o clube vivo na briga pelo troféu, como também entra para a história: marcou o primeiro triunfo do Foz do Iguaçu sobre o Azuriz.

O Jogo

Primeiro Tempo

Desde o apito inicial, a equipe da fronteira adotou uma postura proativa, trocando passes e buscando brechas na zaga rival. O ímpeto inicial deu resultado aos nove minutos, quando Henrique foi derrubado na área e o árbitro assinalou pênalti. Na cobrança, Tiba bateu com extrema categoria, acertando a gaveta para colocar o Foz F.C. na frente.

Com a vantagem no placar, o time ganhou moral e seguiu pressionando. Aos 20 minutos, Lucas Belém fez jogada individual e arrematou cruzado, forçando o goleiro Vinicius Dias, do Azuriz, a realizar uma intervenção milagrosa. Pouco depois, aos 26, Alan pegou uma sobra na entrada da grande área e finalizou com estilo, de três dedos, tirando tinta da trave. Já aos 41 minutos, em transição rápida de contra-ataque, Felipe Augusto serviu Adisa, que deixou dois defensores para trás e bateu forte, exigindo mais uma boa defesa do goleiro da casa. Com o controle das ações, o Azulão foi para o vestiário em vantagem.



Foto: Franz Amorim - Foz F.C

Tiba cobrando pênalti no início do jogo e decretando a classificação do Azulão para a Semifinal da Copa Paraná



Foto: Franz Amorim - Foz F.C

Tiba pedindo silêncio na casa do adversário

Segundo Tempo

A partida exigiu ainda mais postura tática e inteligência para sustentar o resultado diante do avanço do Azuriz. Buscando oxigenar o setor intermediário, o comandante Ageu Gonçalves realizou as primeiras trocas aos 10 minutos, promovendo as entradas de Iago e Japa nas vagas de Henrique e Tiba.

Aos 12 minutos, Felipe Augusto criou boa chance e chutou firme, mas a bola bateu na zaga; no rebote, a nova tentativa também parou no bloqueio adversário. Aos 20 minutos, o treinador voltou a mexer, mandando Ikechukwu e Kaká a campo nos lugares de Adisa e Felipe Augusto. Mais tarde, aos 40, Flávio deu lugar a Thyller.

Com a proximidade do apito final, os donos da casa se lançaram ao ataque de forma desesperada. Foi quando brilhou a estrela de André Júnio: aos 45 minutos, o goleiro fez uma defesa monumental, evitando o gol de empate e garantindo a vaga do Foz na próxima fase.

Abilio Henrique Bottega
bottega_77
Bottega77 @futebolista2
Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas, críticas e eleogios entre em contato
abiliobottega@hotmail.com

Foz do Iguaçu FC



Foto: Franz Amorim - Foz F.C

Daniel Adisa armando para fazer a finalização

Sequência na Competição

A atuação madura, somada à eficiência ofensiva e à solidez defensiva nos momentos de pressão, coroou a festa do Azulão longe de seus domínios. Na semifinal, o adversário será o Paraná Clube, com a primeira partida agendada para o Estádio do ABC, em Foz do Iguaçu - datas e horários ainda serão definidos pela federação.

Fala, Paredão!

Após o confronto, André Júnio exaltou a entrega coletiva e o peso do triunfo em Pato Branco. "Foi um duelo de muita luta. Abrimos o placar cedo e soubemos sofrer, fechando as linhas e mantendo a vantagem. Nosso elenco está fechado e motivado, mas ciente da responsabilidade que virá. Vamos manter o ritmo de treino para chegar fortes contra o Paraná e buscar um lugar na grande final", declarou o camisa 1.

Fala, Professor!

O técnico Ageu Gonçalves também elogiou o empenho do grupo e projetou os próximos passos. "O plantel está de parabéns pela dedicação e pela maturidade em campo. Fizemos grandes jogos na nossa preparação e hoje conseguimos aplicar tudo o que foi trabalhado. Agora o foco é dar continuidade a esse desempenho, mantendo a pegada competitiva contra o Paraná. Será mais um desafio duríssimo, mas iremos muito bem preparados em busca da vaga", concluiu o treinador.



Foto: Franz Amorim - Foz F.C



Corrente final dos atletas do time da fronteira

Edição finalizada dia 1 de novembro de 2026

Luana Lopes



POLÍTICA

FOZ VIROU RIO DE JANEIRO?

Almirante Tinoco adquire um "caveirão" para a Guarda Municipal

Com salário de R$ 16.743 mensais, secretário de Segurança Pública precisa explicar por que Foz do Iguaçu necessita de um blindado para resgatar guardas em confrontos armados

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução



A segurança pública de Foz do Iguaçu ganhou mais um capítulo que merece explicações. Segundo informações apresentadas sobre a administração municipal, o secretário de Segurança Pública, almirante Paulo Tinoco, e o diretor da Guarda Municipal, Ubirajara Pigatto, autorizou a aquisição de um caminhão blindado, popularmente conhecido como "caveirão".

Do mar para o asfalto: Agora só falta o submarino

A justificativa seria utilizar o veículo para resgatar guardas municipais eventualmente encurralados durante confrontos armados?

A pergunta é inevitável: Foz do Iguaçu virou o Rio de Janeiro e ninguém avisou a população?



R$ 16.743 por mês para pensar em guerra?

O almirante Paulo Tinoco, natural do Rio de Janeiro, recebe, conforme os valores informados, R$ 16.743 mensais dos cofres municipais.

Por esse salário, a população tem o direito de exigir planejamento, transparência e decisões fundamentadas na realidade iguaçuense.

Experiência militar pode contribuir para a segurança pública. Entretanto, administrar uma cidade exige compreender suas particularidades, e não simplesmente transportar soluções de uma realidade para outra.

Foz possui problemas de segurança, especialmente por sua condição de fronteira internacional. Mas isso não significa que suas ruas sejam permanentemente palco de confrontos armados que exijam um veículo de guerra.

O dito "caveirão" vai resgatar quem, afinal?

Segundo fontes, a justificativa atribuída à aquisição provoca questionamentos.

Quantas vezes, nos últimos dez anos, guardas municipais ficaram encurralados em tiroteios de tamanha intensidade que somente um blindado poderia resgatá-los?

Quantas ocorrências dessa natureza foram registradas? Existe estudo técnico demonstrando essa necessidade? Qual será o custo de aquisição, manutenção e treinamento?

E mais: qual seria o papel das polícias Militar e Civil e dos demais órgãos de segurança em uma ocorrência dessa gravidade?

Blindados podem ter utilidade em operações específicas. O que precisa ser demonstrado é se essa utilidade justifica o investimento municipal.

Primeiro o "caveirão", depois o porta-aviões?

A ironia é quase irresistível. Se a administração municipal pretende importar soluções militares de grandes centros urbanos, daqui a pouco alguém poderá sugerir um porta-aviões no Rio Paraná.

Afinal, temos um almirante comandando a Segurança Pública. Só estaria faltando a esquadra?

Brincadeiras à parte, dinheiro público não pode ser empregado com base em cenários hipotéticos sem demonstração de necessidade, proporcionalidade e custo-benefício.

Segurança Pública não é filme de guerra

Antes de transformar a Guarda Municipal numa tropa equipada para situações extremas, a administração precisa apresentar os estudos que fundamentaram a decisão.

A população merece saber se a prioridade é um blindado ou investimentos em treinamento, inteligência, equipamentos de proteção e policiamento preventivo.

A questão não é ser contra proteger os guardas municipais. É exigir que cada real destinado à segurança produza benefícios concretos.

Se a aquisição já foi concluída e o "caveirão" já esta no pátio da sede da Guarda Municipal. Tinoco e Pigatto devem explicar publicamente seus fundamentos.

Porque, em Foz do Iguaçu, o contribuinte paga por segurança pública. E tem todo o direito de perguntar se está financiando uma necessidade real ou um equipamento à procura de uma missão.